



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **12/08/2018**

Aprovado em: **13/08/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.04.10>

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO
TÉCNICO E SUPERIOR EM SERGIPE

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

CARLA KARINNE SANTANA OLIVEIRA, ILNARA DE JESUS SANTO

RESUMO

Este artigo teve como intuito analisar o processo de inclusão educacional de alunos surdos em uma instituição de ensino técnico e outra superior indagando se essa instituição possui profissionais capacitados para trabalhar com esse público. A educação inclusiva é uma demanda social fundamental da sociedade, não se pode mais tratar as pessoas com particularidades específicas com visões pautadas em exclusão, segregação, integração, o ensino deve-se pautar na inclusão. Sendo assim, esse artigo tem objetivo de observar uma instituição de ensino técnico para analisar como ocorreu processo de inclusão de alunos surdos. Verificou-se a dificuldades enfrentadas pela unidade de ensino em se adequar as especificidades dos alunos, bem como a tentativa de enfrentar os obstáculos para atingir uma educação efetivamente inclusiva.

Palavras Chave: Deficiência auditiva. Ensino superior. Sergipe. Ensino técnico, alunos surdos

ABSTRACT

This article aimed to analyze the process of educational inclusion of deaf students in the HEI, asking if higher education institutions are prepared to work with this public. The theoretical framework adopted, Strobil: Felimino; Fernando among others, wanted to give me support and subsidy for the formation of all this work. In order to reach the established objectives, the qualitative-quantitative approach was used as methods, making a survey of data through interviews for teachers and students of the HEI. After analyzing the research the tabulated results indicated that teachers are unprepared to meet deaf students and deaf students who do not fully understand what inclusion is. It is concluded that the HEI promotes inclusion, but it can not yet be said that it is inclusive, since it can not achieve all the needs of equality for these students, because having an interpreter and offering extension to the teachers is not enough To promote and guarantee equality.

Keywords: Hearing deficiency. Higher education. Sergipe. Technical education, deaf students

RESUMEN Este artículo tuvo como objetivo analizar el proceso de inclusión educativa de alumnos sordos en una institución de enseñanza técnica y otra superior indagando si esa institución posee profesionales capacitados para trabajar con ese público. La educación inclusiva es una demanda social fundamental de la sociedad, no se puede tratar a las personas con particularidades específicas con visiones pautadas en exclusión, segregación, integración, la enseñanza se debe pautar en la inclusión. Siendo así, ese artículo tiene el objetivo de observar una institución de enseñanza técnica para analizar cómo ocurrió el proceso de inclusión de alumnos sordos. Se verificó las dificultades enfrentadas por la unidad de enseñanza en adecuar las especificidades de los alumnos, así como el intento de enfrentar los obstáculos para alcanzar una educación efectivamente inclusiva. **Palabras clave:** Deficiencia auditiva. Enseñanza superior. Sergipe. Enseñanza técnica, estudiantes sordos.

1 - INTRODUÇÃO

Cada dia, as leis que tratam dos direitos das pessoas com deficiência auditiva estão mostrando-se mais atuantes, a mídia e as redes sociais fazem seu papel divulgando, as escolas trabalhando contra o preconceito, e as famílias lutando para diminuir o sofrimento vivido por esses que só querem e precisam de oportunidades, mas, sabemos que não é tão simples assim, a consternação vivida a cada dia por essas pessoas que muitas vezes precisam acionar o poder público para ter seus direitos garantidos está ao que parece longe de acabar, tal fato deve ser notado quando encontramos pessoas que desistiram do ensino regular por falta de interpretes dificultando assim a entrada no ensino superior. Porém a cada dia é possível ver surdos lutando para se qualificar e exigir direitos que agora não são somente de educação básica, mas também em todos os níveis de educação incluindo

o ensino superior

O censo de 2010 mostra que cada dia que se passa há um maior ingresso de pessoas com deficiência na educação superior. A quantidade de matrículas aumentou 933,6% entre 2000 e 2010. Eram 2.173 no começo do período e aumentou para 20.287 em 2010. Destes, 6.884 estudantes estão na rede pública. Esses indivíduos que são o público-alvo da educação especial apresentam-se como minoria em relação ao número de alunos que se inserem nas universidades. Contudo, é necessário ações para que possam ter uma educação eficaz e igualitária (ROCHA, 2014, p.13).

Silva e Pereira (2003 apud ROCHA, 2014) diz que embora os professores tenham um discurso de que os surdos têm as mesmas possibilidades de educação dos alunos ouvintes, na prática os mesmos professores têm atitudes contrárias. Pois muito se fala sobre inclusão de todos os tipos, porém pouco se faz em todas as esferas, a inclusão escolar necessita de mais, necessita de profissionais que reflitam sobre a política da inclusão e apliquem em todas as esferas.

A realidade de muitos alunos surdos em escolas e instituições de ensino superior está longe de ser a ideal, muitos alunos estão sendo inseridos somente pelo cumprimento das leis porém esses alunos precisam de muito mais, precisam ser incluídos de fato, pois inclusão é a garantia de todos ao acesso escolar e a vida em sociedade, esse acesso à vida escolar deve permear em todas as esferas da aprendizagem como também a comunicação no espaço escolar, nesse contexto existe então uma problemática, as alunas e alunos surdos foram inseridas ou de fato incluídas nas instituições de ensino

Nota-se que pessoas com qualquer tipo de deficiência são inseridos nas instituições por necessidade da obrigatoriedade das leis, com os surdos não seria diferente, esses indivíduos não são matriculados com o mesmo interesse que se tem por um aluno ouvinte, visto que para esses é necessário custear um interprete.

O presente estudo aborda as dificuldades e os encantos encontrados pela instituição e pelas alunas do curso de pedagogia numa instituição da rede particular de ensino superior do estado de Sergipe, bem como análise da realidade vivenciada por alunos surdos no ensino técnico no Instituto Federal de Sergipe.

Além de fazer uma sucinta abordagem sobre a história da educação de surdos a política educacional, a situação dos surdos no contexto universitário e a formação dos professores voltada ao atendimento dos alunos surdos em sala de aula no ensino superior.

Esse trabalho objetiva analisar o processo de inclusão educacional de alunos surdos em uma instituição de ensino superior indagando se essa instituição possui profissionais capacitados para trabalhar com esse público. Sabendo de todas as deficiências na formação docente, pretende-se avaliar se a formação dos professores é suficiente para o atendimento desses alunos, compreender se as alunas sentem-se incluídas no processo de formação no curso escolhido.

A elaboração desse trabalho justifica-se pela necessidade urgente de efetivação da inclusão nas práticas em sala de aula, passando pela sensibilização e capacitação dos docentes para a articulação do planejamento das aulas. desta forma entende-se que fazer inclusão em sala de aula pode não ser tarefa fácil porem depende do querer e do esforço dos que estão envolvidos.

2 - FUNDAMETAÇÃO TEORICA

2.1 História da Educação dos Surdos

Para iniciar os estudos sobre a história da educação de surdos no Brasil, devo ressaltar que antes dessa “educação” acontecer, todo indivíduo que nascia com algum tipo de má formação era visto como deficiente mental e era castigado e até mesmo sacrificado, Kassar (1999) faz uma reflexão, se nessa época essas deficiências eram de ordem biológica ou de constituição social, porém antes de conseguir objetar, ela faz referência a obra de Rafael (1483 – 1520) “A Escola de Atenas na Stanza dela Segnatura no Vaticano”.

Essa obra reflete a imagem da mão de Platão apontando para o alto e a de Aristóteles apontando para a terra os dois na tentativa de desvendar a fonte da natureza da especificidade humana, a busca por essa resposta sobre a “herança” dessas deficiências as especificidades da humanidade gerou diversos estudos que nos dias atuais são refletidos nas leis. Que serão apresentadas nas próximas laudas desse trabalho

Prosseguindo com a história da educação de surdos, podemos citar Strobel (2009, p. 17), de acordo com ela muitas transformações ocorreram na comunidade surda. Tudo começou na Idade Antiga, desde 456 d.C. em Roma, os surdos não eram perdoados, porque acreditavam que eles eram pessoas castigadas e enfeitadas, com isso, eram isolados ou mortos, jogados no Rio Tiger, aqueles que conseguiam sobreviver, porque foram escondidos dos pais. Além de fazer os surdos de escravos. Infelizmente, naquela época os surdos eram severamente castigados e crucificados devido sua surdez.

A história de educação para surdos no Brasil teve início em 1857 no Rio de Janeiro, onde foi fundada a primeira escola para surdos, “*Instituto Nacional de Surdos*” – INES. Foi nesta escola que surgiu a mistura da língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil, a Língua de Sinais Brasileira.

O segundo fato importante e ímpar aconteceu no ano de 1880, em Milão – Itália onde teve o maior Congresso Internacional de Surdo, que reuniu cento e oitenta e duas pessoas, sendo que a maioria delas era ouvinte, todos defensores do oralismo puro que inclusive já havia empenhado muito antes de congresso em fazer prevalecer o método oral puro no ensino dos surdos.

Somente em 1987 na cidade do Rio de Janeiro, que foi fundada a *Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS*.

Desse modo, a História da educação inclusiva no Brasil é composta de diversos capítulos marcados pela exclusão, segregação, integração e inclusão. No texto Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas, a autora Maria Odete da Silva, afirma que

O caminho da exclusão à inclusão das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais está relacionado com as características económicas, sociais e culturais de cada época, as quais são determinantes para o modo como se perspectiva a diferença. Exclusão, segregação, integração e, nos tempos actuais, inclusão, marcam um percurso, ao qual estão subjacentes concepções e práticas, relativamente às quais, no caso da inclusão, entendida como educação inclusiva, a formação de professores é um dos factores fundamentais à sua implementação(SILVA, 2009:135)

Na exclusão as pessoas com deficiência eram totalmente ignoradas da sociedade, eram escondidas e seus direitos silenciados. Não se falava sobre o tema, e os sujeitos eram omitidos dos ambientes sociais incluindo a escola.

Outro capítulo é caracterizado por uma preocupação com as pessoas com deficiência quanto ao direito à educação, no entanto foram construídos espaços à parte para as pessoas com deficiência,

separando-a do convívio social nas escolas regulares, constituindo-se uma segregação, de um lado chamadas “crianças especiais” de outro a crianças ditas “normais”. Embora fossem locais com atendimento especializados faltava uma efetiva inclusão ao ambiente escolar.

Em um capítulo mais recente, um dos objetivos da educação inclusiva é possibilitar o acesso das pessoas com deficiência a escola, todas instituições educacionais deve permitir a matrícula de tais pessoas em salas de aulas regulares, tal processo resultou em uma integração do alunos as escolas, no entanto o que se questiona se o acesso apenas tornou a presença física dessas pessoas no ambiente escolar como meros figurantes sem atingir o objetivo educacional, elas estão na sala de aula mais suas vozes ainda são silenciadas.

Assim sendo, a educação inclusiva busca superar esses formatos anteriores, adapta a escola as condições específicas dos estudantes promovem um efetivo convívio social no qual as pessoas com deficiência conseguem atingir o objetivo educacional tornando-se sujeitos ativos com efetiva participação nos grupos sociais.

Logo, tratar de inclusão passa pela

aceitação e a valorização da diversidade, a cooperação entre diferentes e a aprendizagem da multiplicidade são, assim, valores que norteiam a inclusão social, entendida como o processo pelo qual a sociedade se adapta de forma a poder incluir, em todos os seus sistemas, pessoas com necessidades especiais e, em simultâneo, estas se preparam para assumir o seu papel na sociedade. (SILVA, 2009:144).

É fundamental compreender o papel da escola inclusiva para socialização e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, a inúmeros desafios para essa concepção realmente se efetive para que isso ocorra todos os sujeitos escolares devem contribuir para esse objetivo, gestão escolar, docência, família, comunidade, os discentes, equipe de apoio escolar, todos são imprescindíveis para o sucesso de uma educação inclusiva.

2.2 Leis e Direitos dos Surdos e das Pessoas com Deficiência

O sistema educacional de forma geral ainda está muito carente, o mesmo acontece para a promoção da educação inclusiva, porém é sabido que essa situação já esteve pior, quando não existiam as leis que hoje dão suporte a essa inclusão educacional e até mesmo a inclusão de indivíduo surdo na sociedade. Estudos indicam que até 1854 os surdos não tinham direito nenhum a essa inclusão, somente a partir dessa data as mudanças começaram a acontecer,

A primeira conquista para as pessoas com deficiência veio com a Constituição Brasileira de 1988, nela o Capítulo II, da Educação, da Cultura e do Desporto, no Art. 205, deixa evidente que “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família”. Mesmo assim a causa ainda precisava de mudanças, pois somente em 23 de março de 1994, o presidente da República sancionou a Lei nº 10.098, e essa só entrou em vigor seis anos depois, em 19 de dezembro de 2000, onde estabelece o Art 1º da Lei Federal:

Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação [...] (BRASIL, 2000)

Abordando ainda os fatos legais a Declaração de Salamanca em (1994, p.2), trata dos direitos das

pessoas portadoras de necessidades especiais, onde estabelece o direito a todos com necessidades educativas serem incluídos em escolas regulares e que tivessem a disposição um profissional capacitado para que houvesse a interação. Mas que para isso, desse-se usar a escola é o ponto principal para que não haja nenhuma atitude discriminatória, agindo de maneira regular e dentro das leis construindo uma sociedade inclusiva e uma educação para todos.

Nesse sentido, de acordo com a Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, estabelecendo como dever do estado na rede de ensino pública, o Art. 4º, parágrafo III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

As garantias individuais do surdo e o pleno exercício da cidadania só foram homologados com a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, em que reconhece o da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como língua oficial da comunidade surda, com implicações para sua divulgação e ensino, para o acesso bilíngue à informação em ambientes com os surdos (BRASIL, 2002).

Durante todos esses anos, muito se evoluiu, após a acessibilidade e reconhecimento de capacidade dos surdos em aprender, com isso, em 1º de setembro de 2010 com a Lei nº 12.319 – regulamentou-se a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Dando suporte para a inclusão de tradutor e intérprete de LIBRAS na sala de aula.

Portanto, depois de muita luta ao longo desse tempo, somente em 06 de julho de 2015 que foi instituída a Lei nº 13.146, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Percebe-se que aos poucos está existindo um avanço significativo nas Leis do Brasil onde estabelece direitos de inclusão, inserção e acessibilidade para os surdos e portadores de outras necessidades especiais.

A lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 regulamenta

a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.(BRASIL, 2015:19).

De acordo com a lei é considerado pessoa com deficiência “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial”, neste sentido a lei vem garantir o direito de plena cidadania dessas pessoas, assegurando direito à saúde, educação, previdência, transporte e mobilidade e a cultura e ao lazer, entre outros direitos, enfatizaremos nesse artigo o direito à educação de tais pessoas. .(BRASIL, 2015:14).

3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa que fundamenta esse artigo foi realizada com abordagem quali-quantitativa, fazendo um levantamento de dados através de entrevistas para docentes e discentes de uma IES e um relato de experiência de uma escola de nível técnico no mesmo estado.

Os questionários foram feitos em forma de perguntas abertas e fechadas respondidas pelos docentes enviados através de e-mails e para as discentes surdas uma através de questionário enviado por e-mail e a outra através do aplicativo whatsapp. O objetivo desses questionários foi saber a opinião de todos os entrevistados com relação ao ensino e a inclusão na instituição.

A pesquisa qualitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a

ênfatisar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Por outro lado, a pesquisa qualitativa tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno (POLIT, BECKER E HUNGLER, 2004, p. 201).

Dessa forma a análise dos dados será feita a partir das respostas enviadas pelos discentes e docentes ênfatisando a experiência de cada um dos entrevistados.

A pesquisa é também de cunho exploratório, pois se trata de uma realidade não investigada anteriormente sendo importante a realização de mais pesquisas sobre este assunto para a melhoria das condições desses indivíduos.

3.1 – Público Alvo e Coleta de Dados

A IES tida como referência faz parte de um grupo educacional e o polo utilizado está localizado no município de Tobias Barreto na região Sul do estado de Sergipe. O polo utilizado para pesquisa oferta 5 cursos, tem em seu quadro de profissionais registrados cerca de 10 funcionários e 3 estagiários sendo somente 1 faz uso da LIBRAS. Estão registrados também 65 professores dentre eles foram convidados 15 para a pesquisa onde somente 7 responderam os questionários, 6 devolvendo ao e-mail do entrevistador e 1 entregando impresso considerando os aspectos éticos, as identidades dos professores entrevistados não serão reveladas e utilizaremos como forma de referência os códigos p1 ao p7.

Na instituição estão matriculados nos 5 cursos cerca de 450 alunos sendo convidados para participar da pesquisa somente duas alunas do curso de graduação em pedagogia com idades entre 22 e 33 anos, e possuem diagnóstico de surdez profunda. A identificação das alunas foi protegida e utilizou-se a denominação aluna A1 e aluna A2. A aluna A1 foi alfabetizada na Língua portuguesa – L2 e faz uso do oralismo, porém atualmente utiliza a Língua - L1 (LIBRAS) para comunicação. A aluna A2 também alfabetizada na L2, faz uso de prótese auditiva, não é oralizada; começou a fazer o uso de língua de sinais tardiamente tendo dificuldades ainda no domínio da LIBRAS muitas vezes sendo necessária a utilização da datilografia pela interprete.

Junto aos questionários utilizados para tabulação de dados entre professores e alunos houve também um estudo no regimento da instituição e no projeto pedagógico do curso – PPC de pedagogia (no qual as alunas estão matriculadas) com intuito de identificar a intenção de inclusão da IES, nessa pesquisa foi identificado que a IES tem somente um projeto de inclusão, cursos semestrais direcionado aos professores com intuito de familiariza-los com língua.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Observação do Instituto Federal de Sergipe

A escola observada foi o Instituto Federal de Sergipe o campus de Estância. No final do ano de 2015, após o processo seletivo identificou-se que dois alunos surdos foram aprovados, desde esse momento começou-se as inquietações da equipe gestora e docente sobre como estabelecer a inclusão de tais alunos.

Os primeiros momentos foram marcados por bastante dúvidas, uma vez que unidade de ensino por não ter se deparado antes com a situação não tinha um planejamento de como realizar estratégias de inclusão. No entanto, existe na instituição o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNEE) que iniciou um direcionamento para recepção de tais alunos juntamente com a equipe

pedagógica.

Um dos desafios enfrentados foi a falta de intérpretes na instituição para acompanhar os alunos surdos no ambiente de sala de aula. Por conta da burocracia na instituição não houve disponibilização de tal profissional sendo necessária a ação judicial por parte da família dos estudantes para imediata contratação.

Logo, os primeiros meses dos alunos nas aulas foi feita sem mediação do intérprete o que ocasionou em processo de integração, pois o aluno teve acesso a salas de aulas regulares, porém sem inclusão, pois sem um profissional na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) a ação pedagógica ficava bastante prejudicada mesmo com o esforço de alguns professores de superar a barreira da língua.

Após resultado favorável a ação judicial dois intérpretes foram contratados, pois tratava-se de dois estudantes surdos que estavam em curso diferentes curso Integrado de Eletrotécnica e curso Integrado de Edificações. Os cursos integrados no instituto federal oferta o ensino do Ensino Médio mais uma formação no ensino técnico o que se constitui como outro desafio e até mesmo a relutância de alguns professores, pois não sabiam inseri-los na formação técnica.

Para superação desse obstáculo foram efetuadas pelo NAPNEE diversos eventos de formação de docente, apresentando as especificidades dos alunos surdos em questões metodológicas, por exemplo, uso maior de imagens e frases diretas em aspectos avaliativos uma vez que as provas deveriam ser adaptadas as especificidades do alunos, utilizando bastante imagens e questões objetivas.

O NAPNEE ofereceu curso em Libras para professores para que um diálogo básico fosse estabelecido entre docentes e os estudantes surdos mesmo com a participação do intérprete em sala, os diálogos, cumprimentos diretos entre professor e alunos seriam essenciais para uma aproximação entre eles.

Além disso, outra ação realizada para promoção da inclusão na instituição foi um evento denominado I Semana de Acessibilidade, no qual foi discutido a inclusão de pessoas surdas na escola, bem como foram cursos de Libras com público alvo voltado aos alunos da instituição, pois somente com outros alunos interagindo com os alunos surdos é possível concretizar a inclusão deles no ambiente escolar.

Diante de tanto desafios apresentados à instituição escolar, observou-se um empenho em adequar-se as especificidades para aprendizagem dos alunos surdos, tal como o autor Esteban Reyes Celedón no texto Inclusão escolar: um desafio afirma “Se na integração o aluno tinha que se adaptar à escola, agora, na escola inclusiva o aluno se adapta ao conhecimento, de acordo com suas possibilidades de assimilar o novo relacionando-o ao que já conhece”, este foi o esforço realizado na unidade escolar.

Observou uma grande potencialidade dos alunos surdos e uma constante superação uma vez que trouxeram déficit de situações escolares anteriores, no entanto vimos duas direções diferentes uma do aluno que tinha mais conhecimentos prévios, mas não gostou do ensino ofertado na instituição e de outro o aluno que tinha mais dificuldade de base, porém que conseguiu interagir em sala de aula, interagir com os colegas e se sentiu incluído no processo educacional.

Portanto, foi possível verificar um grande potencial de efetivação da inclusão, bem como das relações interpessoais e intrapessoais, entre os ouvintes e os surdos, conseguindo assim, alcançar o objetivo educacional proposto pela instituição.

4.2 Observação de uma Instituição de Ensino Superior em Sergipe

Serão evidenciados aqui os resultados obtidos na coleta de dados por meio de tabelas para as perguntas fechadas e serão expostas algumas respostas para as perguntas abertas.

Iniciaremos com informações das respostas dos docentes para as perguntas fechadas e abertas e posteriormente dos discentes. Inicialmente foi questionado qual o curso de formação, se nessa formação profissional tiveram disciplinas que abordassem a inclusão.

As 07 respostas coletadas para esta pergunta serão apresentados no quadro abaixo:

Quadro 1 - Questionários direcionados aos docentes.

Formação Docente

P1 e P5 Geografia licenciatura	P2 - Matemática Licenciatura	P3 e P4 História Licenciatura	P6 - História e Pedagogia	P7 e P8 Pedagogia
--------------------------------	------------------------------	-------------------------------	---------------------------	-------------------

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora a partir de questionários.

Você teve durante sua formação acadêmica, disciplinas curriculares para atuação docente em sala de aula com alunos com necessidades especiais Se sim, qual(is)

O quadro 1 questiona sobre a formação desses docentes, onde constam os dados descritos a seguir. Todos os professores são licenciados, são três pedagogos, dois historiadores, um matemático e um de geógrafo, vale ressaltar que um deles possui duas formações uma em pedagogia e a outra em história. No segundo gráfico quando perguntados sobre o acesso a disciplinas inclusivas em sua formação os mesmos informaram que 33% dos professores não tiveram acesso a nenhum tipo de disciplina em sua formação acadêmica, outros 33% afirmaram ter tido acesso a disciplina de LIBRAS, 17% informaram ter acesso somente a disciplina de educação inclusiva e outros 17% afirmaram ter tido acesso a duas disciplinas. Como vimos já existe a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 essa exige a inclusão das disciplinas de LIBRAS nos cursos superiores de formação docente, porém como mostrado nas respostas ao questionário, nem todos os docentes tiveram a oportunidade de ter acesso a essa disciplina, foi descrito nessas respostas também que alguns professores tiveram também acesso a disciplina de educação inclusiva, essa disciplina está no currículo somente dos cursos de pedagogia e trata da inclusão de alunos que possuem necessidade de qualquer tipo de inclusão/apoio.

Com relação às perguntas três e quatro: (3 - Você já teve ou tem alunos surdos) (4 - A instituição de ensino superior possui profissional tradutor/intérprete de LIBRAS) 100% dos entrevistados afirmaram as duas perguntas respondendo sim.

Quando questionados se haviam sentido necessidade de mudança na estratégia das aulas pergunta cinco (Você sentiu necessidade de mudar suas estratégias metodológicas de ensino para atender esses alunos) 57% afirmaram ter sentido necessidade e mudado o planejamento, porém 47% informaram não ter tido necessidade, visto que na IES tem intérprete para auxiliar essas alunas, para LACERDA (ANO) “isso reflete a falta de preparação do docente ao ter que trabalhar com um aluno surdo e não saber ao certo qual o papel de cada parte envolvida”. Com um profissional intérprete em sala de aula, o aluno surdo terá menos dificuldade de aprendizado, porém, esse aluno não deixa de estar inserido em um ambiente desfavorável para ele, desta forma é necessário que haja um planejamento para que a permanência dele seja garantida.

Quando questionados sobre o suporte pedagógico prestado pela instituição (A instituição de ensino superior te dar suporte pedagógico para trabalhar com esses alunos 80% dos entrevistados afirmaram e outros 20% informaram que a IES não dá suporte pedagógico para trabalho com as alunas surdas.

Para as perguntas abertas após a análise de todas as repostas dadas pelos docentes a pergunta “Você considera que a instituição de ensino tem uma política de inclusão Porquê” foram selecionadas as seguintes respostas:

Considero, é possível perceber nas ações para manter a permanência desses alunos uma

preocupação que os mesmos concluam o curso com qualidade. Posso citar como exemplo, a assiduidade da intérprete nas aulas e a adequação do profissional docente para acompanhá-los durante a disciplina de estágio que é a primeira relação efetiva da prática com a teoria. Aos alunos com dificuldade motora, há elevador para acesso ao andar superior e prioridade das aulas no térreo. Além disso, os docentes são intruídos pela coordenação do curso, quanto a adaptação das atividades acadêmicas sem que haja prejuízo para esses alunos. P7

Não, mesmo disponibilizando um interprete. A inclusão não é apenas isso, é necessário haver estratégias que estimulem maior interação entre os alunos ouvintes e os surdos, por exemplo, palestras e atividades que tratem sobre tal temática, pois, a “inclusão” que ocorre até o momento se limita ao interprete traduzir o conteúdo para os alunos surdos. P2

Qual(is) foi(ram) ou é(são) a(s) sua(s) maior(es) dificuldade(s) com os alunos surdos na instituição de ensino superior

A principal dificuldade vergonhosamente foi lembrar que os alunos estavam presentes na aula, pois a turma é numerosa e eles sentam-se no fundo. Durante o planejamento, as atividades já eram pensadas de forma a contemplá-los, procurei trabalhar com esquemas de conteúdos e palavras chaves para melhor entendimento, além de vídeos com legenda em Libras. Mas na efetivação da aula, seguia sem lembrar da especificidade deles, como por exemplo, falar depressa ou sem buscar contato visual, ou ainda sem aguardar que fizessem suas anotações julgando a mesma agilidade que alguns na turma. Depois fui percebendo que estava cometendo equívocos e busquei ficar mais atenta nas ministrações das aulas, acredito que atingiu o efeito esperado, pois os alunos surdos começaram a participar mais das atividades propostas apresentando questionamentos e contribuições significativas. P7

Principal dificuldade de saber se o aluno realmente está recebendo A mensagem que estou passando. Embora tenha o interprete sempre me pergunto se o que estou apresentando chega até o aluno. Outra dificuldade de encontrar matérias pedagógicos mais acessíveis aos alunos surdos. P3

Com a análise das respostas é notório perceber que os docentes apresentam visões diferentes quanto a inclusão dessas alunas na IES. A cada resposta analisada nota-se que tanto a IES quanto os professores ainda estão despreparados com relação ao trabalho que deve ser realizado com essas alunas. Todas as respostas foram pertinentes as perguntas, todas serão relevantes para as considerações finais, porém foram escolhidas as respostas acima citadas para que fossem expostas .

Com relação ao questionário direcionado para as discentes, como informado anteriormente, somente uma das alunas (a denominada A2) enviou o questionário respondido, e as respostas serão apresentadas agora.

Quando perguntado a aluna se os professores da IES tem domínio da LIBRAS a mesma responde que não, nenhum professor tem domínio ou se comunica através da língua. A aluna responde com afirmação quando questionado se a IES tem em seu quadro de funcionários um profissional interprete para auxilia-las em sala de aula.

Em se tratando das perguntas abertas, as respostas serão aqui descritas na integra, ou seja, as respostas serão transcritas.

Você considera que a instituição de ensino tem uma política de inclusão Porquê

Sim porque tem interprete ajudar entender as atividades fica melhor. A2.

E notório que a aluna não tem discernimento do que significa de fato a inclusão, pois é sabido que a presença de um intérprete é de fundamental importância para a aprendizagem do aluno surdo, porém toda a instituição precisa estar envolvida nesse processo.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os surdos vêm a cada dia conquistando seus direitos, porém para que isso fosse necessário, muitos obstáculos foram vencidos, e ao longo da história foram necessárias muitas mudanças e essas vieram com o respeito a esses indivíduos e consecutivamente o surgimento das leis asseguraram a acessibilidade de inclusão do indivíduo surdo para a aceitação na sociedade e tendo como resultado uma melhor qualidade de vida..

Essa pesquisa surgiu a partir de uma indagação sobre a realidade da inclusão de pessoas surdas em diferentes contextos escolares para isso foi feita uma investigação sobre a realidade de duas alunas surdas no ensino superior e de alunos surdos em ensino técnico, um particular e outro público, objetivando identificar se essas alunas e alunos são incluídos nessas instituições ou simplesmente inseridas somente por respeito à legislação.

Com a comparação das duas realidades diferentes foi possível identificar o pouco conhecimento de alguns docentes com relação ao que é de fato inclusão e instituição inclusiva, muitos veem no intérprete a solução de todos os problemas para o aluno surdo e não consideram a necessidade de um novo planejamento para suas aulas.

Alguns docentes veem a necessidade de um auxílio maior das instituições ao trabalho docente, porém em contrapartida foi identificado na instituição de ensino superior documentos da instituição cursos de extensão de LIBRAS voltados para os docentes no período de férias aos quais na lista de presença poucos docentes estiveram presentes e na instituição de ensino técnico também o oferecimento de cursos com pouca participação dos docentes.

É preciso rever a visão de que ter em seu quadro de funcionários uma intérprete para auxiliar nas aulas seja suficiente para considerar a instituição inclusiva. Uma instituição inclusiva representa uma aposta pela igualdade garantindo a todos igual acesso a educação e a participação aos direitos e deveres de cada um. Essas instituições de ensino devem unir todos em busca dessa inclusão para de fato ser uma instituição inclusiva o trabalho junto ao corpo docente, ao corpo administrativo e aos discentes.

Conclui-se então que as instituições de ensino promovem a inclusão, porém ainda não pode-se dizer que é inclusiva, pois não consegue atingir todas as necessidades de igualdade para esses alunos, pois o fato de ter um intérprete e ofertar extensão aos docentes são algumas ações inclusivas, mas ainda não são suficientes para promover e garantir a igualdade.

6 – REFERENCIAS

BISOL C. A; VALENTINI C. B.; SIMIONI J. L. ZANCHIN J. **Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão.** Cad. Pesqui. vol.40 no.139 São Paulo Jan./Apr. 2010

BRASIL, **Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão, dificuldades de comunicação e sinalização: surdez.** 4 ed. Elaboração Prof.^a Daisy Maria Collet de Araujo Lima - Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal ... [et. al] . Brasília. MEC, 2006.

BRASIL, DECRETO 186/08 de 09 de Julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: Acesso em: 18 setembro 2016.

_____ DECRETO 5.296 de 02 de Dezembro de 2000. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 23 novembro 2016.

_____ DECRETO 5.626 de 22 de Dezembro 2005. Disponível em: Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: Acesso em: 02 Maio 2016.

_____ IBGE Disponível em: Acesso em: 25 outubro 2016.

_____ LEI 10.436 de 24 de Abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 02 maio 2016.

_____ LEI 12.319 de 1º de Setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: ; Acesso em: 22 outubro 2016.

_____ LEI 13.146 de 06 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: Acesso em: 22 outubro 2016.

_____ LEI 10.048 de 08 de Novembro 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

_____ LEI 10.098 de 19 de Dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 18 set. 2016.

_____ LEI 9.131/95 de 24 de Novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em 22 outubro 2016.

_____ LEI DE DIRETRIZES E BASES 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: Acesso em: 18 setembro 2016.

_____ RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 18 de Fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena Disponível em: Acesso em: 30 maio 2015.

LEITE, L.P. & MARTINS, S.E.S.O. *Fundamentos e estratégias pedagógicas inclusivas: respostas as diferenças na escola.* São Paulo. Cultura Acadêmica, Marília: Oficina Universitária, 2012. Disponível em site: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/livrosesu.pdf> - Acesso em 14 de janeiro de 2016.

LACERDA, CRISTINA BROGLIA FEITOSA DE. *A Inclusão Escolar De Alunos Surdos: O Que Dizem Alunos, Professores E Intérpretes Sobre Esta Experiência* Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/>

Disponível em site: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_de_Atenas. Acessado em 07/01/2017.

MARTINS, V. R. O. Implicações e conquistas da atuação do intérprete de língua de sinais no ensino superior. *Educação Temática Digital*, Campinas, v.7, n.2, p.157-166, jun. 2006.

SAMPAIO, I. S., SANTOS, A. A. A. **Leitura e redação entre universitários: avaliação de um programa de intervenção**. *Psicologia em Estudo*, 2002.

SALAMANCA, Declaração. **Sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. UNESCO, 1994.

STROBEL, Karin. **A história da educação de surdos**. Florianópolis, 2009.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. *A Formação docente na perspectiva da inclusão*: IX Congresso Estadual Paulista – UFScar, 2007. Disponível em <http://unesp.br/prograd/ixcepf/Arquivos%202007/5eixo.pdf> - Acesso em 05 de fevereiro de 2017.

KASSAR, Monica C. M. **Deficiência Múltipla e Educação no Brasil**. Campinas, SP. 1999